

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Revisão de contrato do pré-sal será renegociada com Petrobras	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Não há cem estatais para vender	3
Título: É inconcebível Petrobras ter 98% do refino do país, diz presidente	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Palocci abordará ação de Lula em Belo Monte.....	5
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	6
Título: Gasolina abaixo de R\$ 3,80	6
Título: Levy defende privatizações.....	7
Título: 100 estatais na mira do governo	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Devolução do BNDES ao Tesouro vai depender da retomada, afirma Levy	10
Título: Emissões de CO ₂ disparam nos EUA com aceleração da economia	12
Título: Cliente e inovação serão foco principal das elétricas	13
Título: O PL 6621 e outras reformas	16
Título: Roberto Castello Branco dispensa nomes ligados ao PT na Petrobras.....	18
Título: Engie acredita em retomar processo de compra da TAG	21
Título: Credor questiona plano da Queiroz Galvão Energia.....	23
Título: Curtas	25
Título: Destaques	25

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/01/2019****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura E Ramona Ordoñez****Título: Revisão de contrato do pré-sal será renegociada com Petrobras**

Equipe econômica cogita indenização menor para estatal por cessão onerosa

As negociações entre governo e Petrobras em torno da revisão do contrato da cessão onerosa —o acordo pelo qual a estatal adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal em 2010 —vão recomeçar. Com os novos integrantes do Ministério da Economia, do Ministério de Minas e Energia e da própria Petrobras, os termos da negociação que vinha sendo conduzida no governo passado poderão ser "revisitados", dizem interlocutores da equipe econômica e da estatal.

Na minuta do aditivo ao contrato elaborada pelo governo anterior e enviada para análise do Tribunal de Contas da União(TCU) em setembro do ano passado, a Petrobras receberia cerca de US\$ 14 bilhões— mais de R\$50 bilhões pela cotação atual, valor antecipado pelo GLOBO em novembro. Seria o cenário mais provável entre os traçados, mas integrantes da equipe do ministro Paulo Guedes cogitam reduzir esse valor, segundo fontes que acompanham o processo.

Uma decisão só poderá ser tomada após a análise pelo TCU, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ao Ministério de Minas e Energia.

PASSO PARA MEGALEILÃO

Em comunicado ao mercado, a Petrobras informou ontem que o texto enviado ao TCU "consolida um" dentre outros cenários que foram discutidos entre as comissões técnicas do governo e da Petrobras: "Este cenário, após manifestação do TCU e aprovação pelas partes, pode resultar em um crédito a favor da Petrobras no valor de aproximadamente US\$ 14 bilhões."

No entanto, a Secretaria Especial da Fazenda, do Ministério da Economia, informou que o valor consta em uma tabela deixada pelo governo anterior na qual havia simulações de vários cenários e que esse era de "baixa probabilidade". —É natural que tudo seja revisitado, afinal são novas equipes dos dois lados. Então o valor previsto pode mudar. Podem ser os US\$ 14 bilhões, como pode ser outro valor, mas a solução deve ser rápida — afirmou uma fonte próxima à estatal.

Assinar a revisão do contrato entre União e estatal é um passo necessário para organizar um megaleilão de petróleo com as áreas excedentes da cessão onerosa no pré-sal, com potencial de arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões para os cofres públicos. O dinheiro é visto pela equipe econômica como fundamental para ajudar a conter o rombo das contas públicas neste ano, previsto em R\$ 139 bilhões.

Os recursos do leilão também são cobiçados por estados e municípios, que já tiveram sinalização favorável do ministro da Economia, Paulo Guedes, para ficarem com 20% do total. Integrantes da equipe econômica e **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, esperam que o valor final a ser pago à Petrobras seja definido nos próximos cem dias. A cessão onerosa é um contrato em que a União cedeu à Petrobras o direito de explorar e produzir cinco bilhões de barris petróleo em seis blocos do pré-sal da Bacia de Santos, em 2010.

A Petrobras pagou R\$ 75 bilhões naquele ano por este direito. O contrato já previa uma renegociação dos seus termos, mas a negociação se arrasta há mais de um ano. Além da compensação do governo federal por variações no preço internacional do petróleo e no câmbio desde 2010, a Petrobras também será indenizada pelas vencedoras do megaleilão pelos investimentos já feitos nos campos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Vinícius Torres Freire

Título: Não há cem estatais para vender

Há muita privatização a ser feita, mas governo exagera no número de empresas

É possível privatizar quase cem estatais, diz o governo. Hum. Parece possível, mas não é. O que é, não é bem assim.

O governo federal tem 137 estatais. Na verdade, 90 delas são subsidiárias de Petrobras (36 delas), Eletrobras (32), Banco do Brasil (16), BNDES (3), Caixa (2) e Correios (1). Outras seis, claro, são as próprias empresas-mãe desses 90 filhotes.

Petrobras e Banco do Brasil são controladas pelo governo, mas são empresas abertas. A venda de subsidiárias deve ser assunto do conselho de tais companhias, tendo em vista seus planos de negócios e o interesse dos acionistas, o que inclui os minoritários privados.

Nesse caso, não se trata de um plano de privatização, sem mais, a não ser que o governo queira meter a mão na gestão de Petrobras e BB. Quer? De resto,

várias das subsidiárias são invendáveis (são coisicas, prestadoras de serviços inevitáveis, operação no exterior etc.).

O controle da Eletrobras (mas não a empresa toda) deve ser vendido à iniciativa privada, pois Jair Bolsonaro aceitou o plano de Michel Temer. Tudo bem. No pacote inteiro são 33 empresas em 1 só.

Talvez a Caixa venda subsidiárias. Mais provável é abrir o capital delas. Correios e BNDES ficam.

Além dessas "joias da coroa" sobram 41 empresas, 18 dependentes financeiramente do governo e 23 em tese independentes (mas levam um tutu, vez e outra, como a Infraero). Muitas são invendáveis.

Entre as estatais dependentes, várias são apenas serviços públicos organizados como empresas, para facilitar o expediente. Por exemplo, a Embrapa (de pesquisa agropecuária) ou a Codevasf (companhia de desenvolvimento regional). Duas são empresas de militares, Amazul (submarinos nucleares) e Imbel (de armas e equipamentos do Exército). Duas são "nucleares", "estratégicas", de interesse militar (Nuclep e INB). Vão vender?

Uma estatal dependente serve apenas para cuidar de 50 hospitais universitários federais (Ebserh). Duas são hospitais, no Rio Grande do Sul, vendáveis, em tese.

Outras não devem valer nada, como EBC (televisão e rádio), EPE (planejamento do setor elétrico), EPL (logística, do trem-bala, cria de Dilma Rousseff) e Valec (a ruína que em tese cuidaria de expansão ferroviária). Há ainda empresas de transporte ferroviário (CBTU e de Porto Alegre), pesquisa mineral e uma fabricante de chips.

As empresas dependentes custaram uns R\$ 15 bilhões em 2017. Desse total, 48% foram para Embrapa e Ebserh; 16%, para os hospitais do Rio Grande do Sul; 7%, para trens. O resto é dinheiro picado.

Com sorte, dá para vender umas 5 dessas 18 estatais dependentes.

Nas 23 empresas que regularmente não dependem de repasses do governo, há coisa vendável por muitos bons motivos. Por exemplo sete companhias docas, empresas federais de administração portuária, várias delas ineptas ou acusadas de corrupção, de cabide de políticos.

Há dois bancos de desenvolvimento regional (da Amazônia e do Nordeste): uma guerra civil vender isso. Duas "Ceasas" (de São Paulo e Minas), vendáveis. Uma empresa militar (Emgepron, da Marinha). A Casa da Moeda, vendável. A Telebrás. De resto, uma meia dúzia de prestadoras de serviços para o governo

(Finep, Serpro, Dataprev, gestoras de ativos) —talvez possam ser melhoradas, mas quase todas imprivatizáveis.

Em suma, vender 100 empresas é retórica. Se vender 50, fazendo a limpa necessária (docas, trens, Ceasas, elétricas) e fechando nulidades caras, estará muito bom.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: É inconcebível Petrobras ter 98% do refino do país, diz presidente

Rio de Janeiro - Não é concebível que apenas uma empresa tenha 98% da capacidade de refino do país, afirmou o novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em entrevista a um canal interno da companhia, em que defendeu que a empresa precisa avaliar a venda de algumas refinarias.

"Não é concebível que uma única companhia tenha 98% da capacidade de refino, seja ela qual for, em um país. E nós estamos sendo alvo de ações do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]", disse.

O ex-presidente da Petrobras Pedro Parente lançou um plano para vender 60% da participação da empresa em ativos de refino e logística no Nordeste e no Sul.

Mas a ideia foi paralisada, depois que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo, determinou que a venda exigiria prévia autorização legislativa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/01/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Palocci abordará ação de Lula em Belo Monte

No acordo de colaboração premiada que negocia com os procuradores da força-tarefa da Operação Greenfield, o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci promete abordar suposta atuação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que Funcef e Petros entrassem como acionistas da Norte energia, proprietária da usina hidrelétrica de Belo Monte. Os dois fundos de pensão, dos funcionários da Caixa e da Petrobrás, respectivamente, possuem 10% cada de participação na usina.

Palocci presta desde anteontem depoimentos aos investigadores da Greenfield, força-tarefa sediada em Brasília que apura desvios nos maiores fundos de pensão do País. O ex-ministro já assinou um acordo de colaboração com a Polícia Federal de Curitiba no qual abordou crimes cometidos na Petrobrás. Um segundo, fechado no fim do ano passado com a PF de Brasília e que tramita em sigilo, envolve acusações contra alvos com direito a foro privilegiado, como políticos com mandato.

Agora, Palocci tenta assinar um novo acordo com os investigadores de Brasília para falar sobre sua atuação nos fundos de pensão. Ele está na capital federal com seus advogados, vindo de São Paulo, e tem autorização para ficar até hoje. O ex-ministro chegou à sede da Procuradoria da República no Distrito Federal às 10h02. Em frente ao prédio, um grupo de cerca de 30 servidores aposentados dos fundos de pensão protestava contra os desvios de recursos apurados pela Operação Greenfield.

Defesas. Procuradas pela reportagem, a defesa de Lula e a assessoria da Petros não responderam até a conclusão da edição. A assessoria da Norte energia informou que não vai se pronunciar sobre o caso. Já a Funcef disse que mantém em sua estrutura as Comissões Técnicas de Apuração (CTAs) que analisam os Fundos de Investimentos realizados no passado e "contribui ativamente na produção de provas para auxiliar também ao MPF e PF".

"A Funcef foi o primeiro fundo de pensão a se tornar assistente da acusação nas apurações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal acerca dos investimentos que estão sendo investigados pela Operação Greenfield", afirmou em nota. / TEO CURY, FABIO SERAPIÃO e R.B.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/01/2019

Seção: Economia

Autor: Marília Sena

Título: Gasolina abaixo de R\$ 3,80

A Petrobras reduziu para R\$ 1,4337 o valor cobrado pelo litro do combustível nas refinarias. O preço é o menor valor em 15 meses. A última vez que a estatal vendeu o litro da gasolina por menos de R\$ 1,50 foi em setembro de 2017. Esses valores refletem a queda do dólar, que na semana passada atingiu a menor cotação no período de três meses e ontem fechou em R\$ 3,72.

O reflexo disso começa a surgir nos postos do Distrito Federal. Desde o início do ano, alguns estabelecimentos estão vendendo o litro do combustível a R\$ 3,89.

Hoje, o preço baixo do produto atingiu mais alguns locais e, na maioria dos postos percorridos pelo Correio, o litro da gasolina está abaixo de R\$ 4. Em estabelecimento da 208 Norte, os motoristas fizeram fila para comprar o produto a R\$ 3,78, mas havia combustível sendo vendido por R\$ 3,69 na cidade.

Para o professor de finanças públicas da Universidade de Brasília Roberto Piscitelli o mercado internacional está influenciando muito no preço dos combustíveis. A queda do preço do petróleo exportado pelo Brasil e a cotação do dólar estão sendo positivos para o país. De acordo com ele, os postos não estão passando com mais rapidez os novos preços dos combustíveis: são as reduções anunciadas pela Petrobras que está influenciando nos novos valores. “Em algum momento, isso teria que refletir no varejo”, explicou.

O especialista avalia que, a curto prazo, não parece haver razões para que haja uma reversão para a tendência dos valores mais baixos nos postos de gasolina. “A perspectiva é de que essas reduções se consolidem e os preços fiquem menores ainda”, disse. Piscitelli também aponta que o comportamento do consumidor pode estar afetando o mercado. Com as sucessivas altas, muitos consumidores deixaram o carro de lado, reduzindo a demanda.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/01/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Levy defende privatizações

O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, confirmou ontem o encolhimento da instituição de fomento, mas evitou falar em números. Em cerimônia de transmissão de cargo na sede do BNDES, no Rio, Levy defendeu privatizações, sugeriu um “melhor uso” dos recursos do banco e ressaltou que os desembolsos não são a única forma de apoio a empresas.

Em coletiva, após a transmissão, Levy foi reticente em relação à privatização da Eletrobras, mas se mostrou otimista sobre a venda das estatais federalizadas do setor elétrico. “A privatização da Eletrobras continua em discussão e vamos apoiar a política que se fixar”, disse.

Por outro lado, de acordo com o novo presidente do banco, a venda das

empresas federalizadas é assunto resolvido. “O departamento de desestatização do banco não aparecia, mas continua ativo. Privatização das empresas estaduais de energia elétrica se arrastava há 20 anos e hoje é um tema resolvido”, disse.

Levy defendeu o modelo de desestatização como saída “diante dos desafios fiscais”. “Cada estado tem que avaliar sua situação e ver as implicações jurídicas de suas decisões”, afirmou. “Nosso papel é de apoiar as decisões tomadas. Somos prestadores de serviço, temos que apoiar o cliente”, completou.

Estratégia

Com a perspectiva de devolver antecipadamente até R\$ 100 bilhões da dívida com a União este ano, o BNDES é um dos principais alvos na estratégia do ministro da Economia, Paulo Guedes, de encolher os bancos públicos. Só que o valor da devolução deste ano ainda não está decidido, disse Levy. “O exato valor da devolução vai ser função tanto de perspectivas de retomada da economia quanto do melhor uso do nosso balanço”, afirmou. Segundo ele, antes de definir metas, tanto de desembolsos quanto de devoluções antecipadas, é preciso fazer estudos.

Conforme a reestruturação da dívida firmada em julho do ano passado, o BNDES devolveria R\$ 102,8 bilhões ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro — R\$ 26,6 bilhões estão previstos para 2019. Só que a equipe econômica já indicou que quer mais este ano. A devolução poderá chegar a R\$ 100 bilhões.

Do lado da retomada da economia, Levy demonstrou otimismo com uma recuperação cíclica. Também sinalizou foco na demanda das empresas de médio porte quando os investimentos voltarem de forma mais forte — o interesse nas empresas menores tem sido repetido como mantra desde que o governo Michel Temer começou uma guinada no BNDES, em 2016. Com a devolução de R\$ 309 bilhões ao Tesouro Nacional, o BNDES liberou para financiamentos no ano passado R\$ 69,16 bilhões, o menor nível desde 1996.

Questionado se esse nível de desembolsos seria pouco caso a recuperação da economia ganhasse fôlego, Levy disse que é preciso separar a capacidade de desembolsos do BNDES do apoio que a instituição de fomento pode dar aos investimentos. “Se usarmos outros instrumentos, como garantias, podemos ter desembolsos com recursos privados, mas onde o BNDES proporcione parte da estrutura financeira”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 09/01/2019****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: 100 estatais na mira do governo**

O governo de Jair Bolsonaro vai cumprir a promessa de campanha de privatizar e extinguir 100 empresas estatais, garantiu ontem o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Segundo ele, a prioridade é diminuir o tamanho do Estado e o número é factível por conta da quantidade de subsidiárias das estatais. Especialistas concordam que é possível atingir a meta, mas temem pela pressa em fazê-lo.

“O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem várias subsidiárias, o Banco do Brasil e a Caixa também. Na Eletrobras, há uma quantidade grande”, enumerou Freitas. O ministro ressaltou, contudo, que o número inclui liquidações. “Há empresas que, hoje, já não fazem tanto sentido”, acrescentou.

Para Elena Landau, economista e advogada, ex-conselheira da Eletrobras, se o governo conseguir vender a Eletrobras já leva junto 35 subsidiárias e Sociedades de Propósito Específicos (SPEs). “Além disso, só para liquidar tem mais 30. Isso não gera dinheiro, mas a União deixa de ter prejuízo”, afirmou. No entanto, ela ressaltou que atingir a meta depende da modelagem. “Em pacote, é mais rápido. Com uma legislação que facilite a liquidação, é possível extinguir todas de uma vez”, assinalou. A economista disse ainda que é possível fazer a fusão de algumas estatais. “Podem ser absorvidas por departamentos”, completou.

Segundo o pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ceri), Edson Gonçalves, atingir a meta vai depender de tempo e capital político. “Privatizar algumas estatais, no curto prazo, é difícil politicamente. Agora, há alguns casos que já estão até no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e vão andar mais rápido. E outras que é melhor liquidar e transferir os funcionários qualificados para agências reguladoras ou quadros do ministério, como a EPL (Empresa de Planejamento e Logística)”, sugeriu.

De acordo com o presidente da InterB Consultoria, Claudio Frischtak, a privatização é compromisso de campanha, mas o governo precisa promover um alinhamento entre os vários órgãos para agilizar essa reforma do Estado. “Debaixo do Paulo Guedes (ministro da Economia) tem uma secretaria de privatização, no Ministério de Infraestrutura tem alguém que veio de PPI

(Freitas), responsável por concessões e privatizações. E ainda tem o BNDES que, na minha opinião, deveria assumir o protagonismo nesse processo”, opinou.

Frischtak alertou sobre a dificuldade de promover privatizações no Brasil. “Temos todos os tribunais, o Ministério Público e juízes de primeira instância. O que não falta é obstáculo para cumprir a promessa”, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Devolução do BNDES ao Tesouro vai depender da retomada, afirma Levy

O cronograma e o valor das devoluções ao Tesouro Nacional pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vão depender do ritmo de retomada da economia brasileira e do balanço da instituição, informou ontem o novo presidente do banco de fomento, Joaquim Levy. Em discurso na cerimônia de transferência de cargo, na sede do banco, Levy reiterou que o BNDES irá concentrar seus esforços cada vez mais nas médias empresas, em colaboração com o setor privado. O executivo disse ainda que será necessário "repensar" o balanço da instituição tanto em termos de transparência corporativa como do uso de seus ativos.

Numa entrevista coletiva após a cerimônia, Levy esclareceu que será feito em primeiro lugar um levantamento para definir metas do BNDES, com parte da proposta de revisão do balanço. "Essencialmente temos que ver quanto cada tipo de ativo ocupa de espaço de capital e se há uma maneira mais eficiente de usar o capital do banco. Cada vez mais o capital vai ser o fator-chave do banco na medida em que o nosso modelo não será de ter um funding significativamente mais barato", afirmou ontem o presidente do BNDES e ex-diretor-geral do Banco Mundial.

Ao ser perguntado sobre a devolução de recursos ao Tesouro Nacional, que poderia chegar a R\$ 100 bilhões, Levy lembrou que, na primeira vez em que o banco começou a discutir o assunto, foi levada em conta a disponibilidade do BNDES e o perfil de amortização dos empréstimos feitos com recursos do Tesouro.

"O caso do PSI [Programa de Sustentação de Investimento] é bastante exemplar. A primeira devolução foi por conta de recursos do PSI que não haviam sido desembolsados, de R\$ 30 bilhões. E, depois disso, o estoque do PSI vem diminuindo. Hoje são só R\$ 60 bilhões." Na avaliação do economista,

ministro da Fazenda no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), "à medida que esses espaços se abrem", vai crescendo o espaço para a devolução.

Na BNDESPar, sociedade de participações do BNDES, os desinvestimentos vão levar em conta o preço e o impacto no mercado, adiantou Levy. "Acredito que o momento é bom. Temos visto a bolsa evoluindo bem. Acho que à medida que o governo for entregando algumas das reformas, a começar pela da Previdência, o apetite do investidor internacional, além do nacional, vai se desenvolver e, com isso, também nos facilita rearrumar o nosso balanço", disse.

Sobre as declarações do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que mais de uma vez frisou a necessidade de "abrir a caixa-preta" do BNDES, Levy argumentou que os registros de operações mantidos pelo banco podem servir de base para o aperfeiçoamento das regras de governança. "A caixa é preta enquanto não se decifra o que está lá dentro", respondeu o novo presidente do banco. "O sentido de caixa-preta é abrir depois de um acidente para saber o que aconteceu. Há registros para descobrir o que aconteceu e para que sirvam de base para continuar desenvolvendo boas regras de governança."

Na opinião dele, a transparência é uma virtude já enraizada na instituição de fomento, mas que será cada vez mais importante. "Uma transparência em relação ao futuro, em relação ao passado, porque é isso que vai permitir à gente construir um banco para os nossos dias", acrescentou.

O presidente do BNDES disse ainda que o banco de fomento oferecerá apoio técnico dentro dos processos de privatização de empresas federais ou estaduais. Mas a decisão de realizá-las ou não são dos governos e cabe ao BNDES apoiá-las como clientes, ressaltou Levy. "Cada caso pode ser um caso, é uma decisão entre os governos federal e estadual. Estamos dispostos a ajudar no que for necessário. Para muitos Estados, a desestatização pode ajudar a não só gerar valor imediato, mas reduzir perdas e ineficiências que se arrastam por muito anos", disse, ao ser questionado sobre a situação dos Estados.

Sem citar diretamente a Cedae, empresa de água e esgoto do Estado do Rio, Levy disse que há muito espaço para privatizações, incluindo o setor de saneamento. Presente mais cedo na cerimônia realizada na sede do BNDES, o governador fluminense, Wilson Witzel (PSC), voltou a se manifestar contra a privatização da companhia. "A Cedae é uma empresa que pode ser melhorada", justificou o governador. A empresa de saneamento teve parte de suas ações (até um limite de 50% do capital) dada em garantia a um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões concedido pelo banco BNP Paribas ao governo fluminense.

"[O Rio de Janeiro] é um caso a ser estudado. É uma decisão do Estado, eventualmente do governo federal, dependendo do acordo. Somos prestadores

de serviço e não determinamos as políticas. Temos que apoiar o cliente e fazer para ter o melhor possível como resultado", afirmou Levy.

Para o novo presidente do BNDES, em alguns casos no setor de infraestrutura é possível substituir uma empresa do Estado por uma concessionária, citando experiências já bem-sucedidas no Brasil, caso da distribuidora de energia Cemar, do Maranhão. "A experiência no Brasil é boa, mas depende de se criar um ambiente para a empresa privada ser bem regulada, ser supervisionada e, quando necessário, ser substituída."

Na opinião do presidente do BNDES, diante dos desafios fiscais de muitos Estados, o processo de desestatização "pode ser muito valioso". Ele citou que inclusive Estados com recursos e bem administrados como São Paulo têm seguido esse modelo, com sucesso. **Questionado especificamente sobre a Eletrobras, reiterou que a privatização da empresa continua no radar do governo e que o banco estatal apoiará as políticas que forem definidas com relação à holding do setor elétrico.**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Emissões de CO₂ disparam nos EUA com aceleração da economia

Os EUA elevaram as emissões de dióxido de carbono em 3,4% em 2018, o maior aumento em oito anos, impulsionado pelo forte crescimento econômico, segundo estudo do Rhodium Group. Esta foi a segunda maior alta nas emissões em mais de 20 anos, abaixo apenas do aumento ocorrido em 2010, quando a economia dos EUA se recuperava da Grande Recessão.

De acordo com o estudo, os dois setores que mais contribuíram para o aumento de emissões foram o industrial e de imóveis - frequentemente ignorados na formulação de políticas para energia limpa e de combate a mudança climática.

As emissões geradas pela indústria manufatureira aumentaram 5,7% no ano passado em relação a 2017, enquanto as emissões de edifícios comerciais e residenciais - de fontes como queima de combustíveis fósseis para aquecimento e esfriamento - cresceram 10%, alcançando o nível mais alto desde 2004.

Em comparação, o setor de transportes, ainda a maior fonte de emissão de CO₂ dos EUA, registrou um aumento de apenas 1%.

O aumento na poluição gerada por edifícios representa um desafio aos governos e está relacionado com as condições climáticas. Em 2017, o inverno

mais ameno reduziu a demanda por aquecimento, mas no ano passado as temperaturas baixas mais normais resultaram num forte aumento no consumo de óleo para aquecimento. Embora os governos locais possam melhorar os padrões de eficiência energética para novas construções, não há muito que se possa fazer para controlar o uso de energia em edifícios comerciais e residenciais existentes.

A produção manufatureira aumentou em 2018, impulsionada pela forte economia. "O setor industrial ainda é quase que totalmente ignorado" pelos governos quanto se trata de políticas climáticas, segundo os autores.

Se não houver uma mudança significativa nas políticas ou uma grande inovação tecnológica, espera-se que o setor industrial se torne um emissor cada vez maior, em termos percentuais, de gases de efeito estufa dos EUA nos próximos anos, diz o estudo. "Esperamos que o setor industrial tome o lugar da energia como a segunda maior fonte de emissões na Califórnia em 2020 e se torne a principal fonte de emissões no Texas em 2020", escreveram os autores.

Os autores do estudo observaram que as emissões poderiam ser menores se o governo Donald Trump não tivesse revertido parte das regras ambientais do governo de Barack Obama.

"Não acho que teríamos visto o mesmo aumento", disse Trevor Houser, sócio da Rhodium, referindo-se às emissões do setor de geração de energia elétrica, que cresceram 1,9%.

Esse aumento na emissões de ocorreu apesar da aposentadoria de um número recorde de usinas térmicas a carvão. Isso porque o gás natural não só superou as fontes renováveis para substituir as velhas usinas como também atendeu a maior parte do crescimento na demanda por eletricidade, segundo o Rhodium Group.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Thiago Camargo e Virgilio Almeida

Título: Cliente e inovação serão foco principal das elétricas

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em outras partes do mundo está passando por mudanças impulsionadas pela interseção de cinco fatores: 1- descentralização dos sistemas de geração de energia; 2- avanço das tecnologias de armazenamento de energia; 3- proliferação de tecnologias

digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; 4- crescimento de fontes de energia renováveis, como eólica e solar; e 5- tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Essas transformações apresentam muitos desafios. Como os serviços de eletricidade, que hoje são gerados e operados majoritariamente de forma centralizada, serão fornecidos no futuro? Qual será o efeito da intensificação da digitalização do setor elétrico? Quais são as oportunidades e os desafios que as novas tecnologias colocam para as empresas desse setor? Quais são suas consequências para os consumidores?

O impacto da Internet e tecnologias digitais em todos os setores da economia é flagrante, com o lançamento acelerado de novos produtos e serviços. A digitalização do setor elétrico avança em direção a automação e ao uso de tecnologias de internet das coisas e inteligência artificial. As empresas de energia elétrica, em particular as distribuidoras, têm um enorme potencial para a economia digital. Têm conexões com as residências dos consumidores e, conseqüentemente, vastas massas de dados sobre consumo de energia e seu comportamento. Podem criar novos produtos e serviços interessantes aos consumidores.

Os consumidores poderão gerenciar seus próprios sistemas, com geração própria, armazenamento e uso

Três fatores nortearão as principais transformações do setor elétrico: digitalização, descarbonização e descentralização. A digitalização da sociedade vem alterando as visões dos clientes sobre as empresas e as interações que eles esperam de provedores de serviços fundamentais, como transporte, segurança, saúde, administração pública e energia. Em vários segmentos da economia, como nos setores financeiro, entretenimento, comércio eletrônico e serviços online, os clientes já estão acostumados com atendimento personalizado e de alta qualidade. Sua tendência é adquirir produtos e serviços com essas características, acessíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, através de dispositivos móveis e mídias sociais.

As pressões globais na direção à uma economia de baixo carbono são significativas e tendem a crescer. Em 2015, o Brasil ratificou o Acordo de Paris para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e possibilitar um futuro

mais saudável para as próximas gerações. O país terá de alcançar metas quantitativas de redução de emissões de carbono. Uma série de indicadores deverá ser alcançada em diversos setores da gestão pública dos recursos naturais até 2030.

No setor elétrico, o maior impacto desta tendência mundial é a substituição de energia obtida a partir de combustíveis fósseis por energia elétrica em diversos produtos, cujo exemplo maior é o carro elétrico. O setor elétrico tende a operar com um sem número de fontes de energia distribuída e consumidores ativos, muitos deles conectados às redes de distribuição. Os consumidores serão cada vez mais ativos e poderão gerenciar seus próprios sistemas, com uma combinação de geração própria, armazenamento e uso.

Os efeitos dessas mudanças são muitos. A descentralização, por exemplo, implicará em mudanças culturais e operacionais nas empresas e também trará oportunidades de desenvolvimento de novos modelos de negócios e novas fontes de receita, a partir de produtos e serviços inovadores de distribuição e comercialização de energia. Além disto, haverá impactos significativos no ambiente concorrencial e nos preços da energia.

Há um potencial significativo de desenvolvimento de soluções, tanto para a melhoria dos processos e da prestação de serviços aos consumidores quanto para a criação efetiva de novos produtos e serviços, com vistas a obter ganhos de produtividade, preços mais acessíveis, maior competição e criação de novos mercados. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem contribuir para minimizar riscos da transformação digital do setor elétrico e abrir um leque de oportunidades.

Os exemplos destas mudanças já ocorrem no Brasil. Hidrelétricas a gerar energia solar, por meio de instalação de painéis fotovoltaicos na lâmina da água dos reservatórios das usinas. Baterias com alta capacidade de armazenamento de energia. Clientes podendo escolher onde comprar energia, por meio de serviços digitais disponíveis na internet. Indústrias, escolas, mercados populares, clubes, condomínios, produzindo parte de sua energia, em coprodução com empresas de energia. Enfim, um sistema mais complexo, descentralizado e competitivo, fundado em energia limpa e provavelmente mais acessível a todos.

O setor elétrico vive um cenário altamente desafiador e quatro fatores serão chave para o sucesso empresarial neste novo mundo. O primeiro reside no

necessário e urgente aperfeiçoamento regulatório do setor. O segundo, na capacidade de inovação de cada uma das empresas. O terceiro, na necessidade de melhorias na governança e gestão das empresas, que coloquem o cliente em primeiro lugar. O quarto fator refere-se à necessidade de requalificação da força de trabalho do setor elétrico em capacidades digitais. Engenheiros, técnicos e administradores das empresas de energia terão cada vez mais necessidade de executar suas funções de maneira conectada, em colaboração com software e máquinas autônomas, operadas por inteligência artificial.

Seja como for, as mudanças disruptivas descritas, que podem ser chamadas de setor elétrico 4.0, propiciarão uma maior eficiência operacional e o aumento da competição no setor. A empresa de energia que não colocar a inovação e o cliente no centro de sua estratégia de negócios certamente desaparecerá. O futuro chegou, e ao que tudo indica, com ganhos significativos para clientes, cidadãos e para o desenvolvimento sustentável.

Thiago de Azevedo Camargo, diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig

Virgílio Almeida, professor associado ao Berkman Klein Center e ex-secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Cláudio R. Frischtak e Cristiane Schmidt

Título: O PL 6621 e outras reformas

Uma das iniciativas mais importantes no âmbito das reformas microeconômicas é modernizar o arcabouço institucional das Agências Reguladoras, hoje distante do modelo original e afastado dos principais benchmarks.

Essa é a motivação do Projeto de Lei das Agências Reguladoras, o PL 6621, que infelizmente foi desvirtuado na Câmara. Grave erro.

Desde dezembro de 2016 a Câmara vinha apreciando o PL 6621, que retornou ao Senado fragilizado num ponto essencial: a despolitização na escolha dos dirigentes - se permite a indicação de parentes de ministros de Estado, de dirigentes partidários ou de legisladores, assim como de pessoas que tenham atuado na estrutura decisória de partido político ou em campanha eleitoral nos últimos 36 meses anteriores à nomeação. Como este PL é um retrato da Lei das

Estatais neste aspecto, para dar coerência a essa lógica absurda, revogou-se um dispositivo dessa Lei com esse mesmo objetivo.

Não há como trazer investidores privados com uma arquitetura desatualizada e regras disfuncionais

Num momento em que o governo necessita incentivar o investimento privado, ações como essa aumentam o já elevado risco regulatório no país, pois sinalizam que o legislador ainda não entendeu a distância que o país deve percorrer para retornar uma trajetória de crescimento sustentado. Assistimos, nesse final de governo, uma corrida nefasta para indicar dirigentes no apagar das luzes, em que o interesse público está longe de ser a principal consideração.

Há, assim, duas matrizes nessa desordem: a forma de se fazer política, que pode - e deve - ser modificada com o novo parlamento (é a esperança da sociedade); e a falta de compreensão da importância de se ter agências com efetiva autonomia decisória e financeira para fomentar o investimento.

Ainda que o PL 6621 seja aprovado na sua versão original, há temas essenciais como a arquitetura das agências, sua autonomia, responsabilização e regras, que, se não forem corretamente endereçadas e reformuladas, o marco institucional seguirá falho. A reforma do regime regulatório - para além do PL 6621 - é, portanto, imprescindível e emergencial.

Não há como avançar celeremente nas concessões e desestatizações, trazendo investidores privados, com uma arquitetura desatualizada, agências capturadas e regras, muitas vezes, disfuncionais, seja por omissão ou por excesso.

No tocante à sua arquitetura, as agências existem por uma razão: regular setores sujeitos a monopólios naturais, ou quando impera elevado grau de assimetria de informação (ainda que nesses casos um órgão de defesa do consumidor possa substituir com vantagem uma agência). Neste sentido, no Brasil, parece ter agências em excesso. Em transportes, por exemplo, não há porque cada modal ter a sua agência. Em considerar senão neste PL, num próximo, a inclusão de autarquias, como o CADE, uma instituição de indiscutível relevância para a economia.

Com relação à autonomia e à responsabilização, quer-se garantir o caráter técnico das decisões das agências, afastando influências políticas ou de qualquer outra natureza nas análises e nos votos. Nesta vertente, conquanto o PL 6621, da forma como saiu no Senado, seja um enorme avanço, não é suficiente. Na sua normatização, análises de impacto regulatório (AIR), que fazem análise custo-benefício da imposição de certas regras, são fundamentais e devem ser implementadas o quanto antes.

Com respeito às regras, as agências foram constituídas no contexto de processos de desestatização em setores de infraestrutura caracterizados por monopólios naturais e que necessitavam ser regulados, para evitar abuso do poder de mercado e garantia dos contratos de longo prazo. A concessão, naquele momento histórico, era o instrumento jurídico adequado. A carga regulatória associada a uma concessão, entretanto, é pesada, e nem sempre os custos compensam os benefícios. Regimes menos intrusivos do que o da concessão talvez fossem suficientes, lembrando que hoje, há circunstâncias que não pedem mais um regime de concessão. Por exemplo, mercados onde há competição efetiva ou potencial. Nesses casos, um regime de autorização com liberdade de precificação seria claramente superior.

Em suma, há duas mudanças essenciais que o novo governo precisa atentar. A primeira é alterar o modelo regulatório e, nesse sentido, o primeiro passo é aprovar o PL 6621 na sua forma original. A segunda, é mudar a cultura política do país do toma-lá-da-cá. O Brasil não criará um ambiente que dê clareza e previsibilidade ao investidor desta forma. O Estado tem que servir à população e não o contrário. Bons exemplos não faltam, basta observar países como a Nova Zelândia. Os congressistas deveriam, destarte, ler as urnas e ouvir a sociedade, que está exaurida de decisões desalinhadas com as reais necessidades do país. Que o Senado aprove o mais rápido possível o PL 6621 na sua forma original.

Cláudio Roberto Frischtak International Growth Center (LSE) e Inter.B Consultoria.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt foi conselheira do Cade até 31/12/2018. As opiniões são pessoais e não institucionais

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Roberto Castello Branco dispensa nomes ligados ao PT na Petrobras

Em seus primeiros dias à frente do comando da Petrobras, Roberto Castello Branco iniciou seus trabalhos promovendo uma espécie de "despetização" no alto escalão da estatal. Ao dispensar todos os três diretores remanescentes da gestão Aldemir Bendine e que ascenderam na carreira durante os anos de governo do PT, o novo presidente da estatal começa a dar sua cara à gestão da estatal e aos poucos, em seus discursos, a dar pistas sobre os seus próximos passos.

Em mensagem aos empregados, logo após tomar posse, Castello Branco descartou implementar novos cortes no pessoal e deu alguns sinais do tom que pretende dar a sua administração: disse que o monopólio exercido pela empresa no refino é algo "não concebível", afirmou que o plano de negócios da petroleira pode ter alguns "ajustes marginais", reforçou o discurso contra subsídios e prometeu dar maior atenção ao gás natural.

Até o momento, os primeiros dias de gestão Castello Branco foram marcados pela dança das cadeiras. Quatro dos sete diretores saíram: Solange Guedes (diretoria de exploração e produção), Jorge Celestino Ramos (refino e gás) e Hugo Repsold Junior (desenvolvimento da produção) e Nelson Silva (estratégia e gestão). Segundo uma fonte, as trocas visam dissociar a gestão de Castello Branco de nomes vinculados ao PT. O novo presidente da estatal foi conselheiro da estatal entre 2015 e 2016, indicado pela União, durante o governo de Dilma Rousseff.

Sobre o papel social, presidente diz que o objetivo da estatal é ser uma "boa cidadã corporativa"

Funcionários de carreira da Petrobras, Solange, Celestino e Repsold foram alçados à diretoria no início de 2015, após a renúncia coletiva dos diretores comandados pela ex-presidente Graça Foster. O episódio ocorreu em meio ao desgaste da credibilidade envolvendo o fechamento do balanço de 2014, frente às dificuldades de contabilizar as perdas decorrentes dos casos de corrupção investigados pela Lava-Jato. O trio assumiu de forma interina e foi efetivado com a chegada de Bendine.

Quando Pedro Parente assumiu a empresa, optou por mantê-los na equipe. Os três passaram ainda pela presidência de Ivan Monteiro e se despedem após quase quatro anos nos seus respectivos cargos.

A escolha dos substitutos sugere que Castello Branco dará uma atenção especial à venda de ativos. Ele promoveu ao menos dois funcionários envolvidos com o programa de desinvestimentos e parcerias nos últimos anos. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, substituto de Solange Guedes no E&P, por exemplo, vinha liderando a gestão de portfólio, de parcerias e de desempenho da companhia. Já Anelise Lara, que ocupará a área de refino e gás no lugar de Celestino, era gerente-executiva de aquisições e desinvestimentos.

Em entrevista recente a um canal interno da estatal, Castello Branco disse que "não é concebível" que a Petrobras detenha 98% do mercado de refino. Ele sinalizou que a empresa avaliará a venda de algumas de suas unidades, ao comentar que a posição monopolista não é benéfica para a empresa, porque a

expõe a críticas e "ataques por parte de muitas pessoas de segmentos da sociedade", como a ocorrida durante a greve dos caminhoneiros.

"Será que nós não poderíamos fazer melhor, vendendo algumas refinarias e utilizando esses recursos para financiar o pré-sal, onde nós somos o número um do mundo? Essas questões têm de ser levantadas e respondidas", disse.

Ele também destacou que espera rever o atual plano de negócios 2019-2023 "o mais rapidamente possível" e que pode vir a fazer "ajustes marginais" na estratégia. O atual plano prevê investimentos de US\$ 84,1 bilhões, com foco no pré-sal. Questionado sobre o investimento de US\$ 400 milhões previsto para a área de energias renováveis, Castello Branco disse que esta é uma decisão de investimento que precisa ser cuidadosa.

"Temos que acelerar a produção de petróleo e fazê-lo de forma eficiente. Quanto às energias renováveis, antes de nos lançarmos investindo, nós temos que refletir profundamente se nós temos as competências ou não. Tudo tem de ser baseado em critérios de risco e retorno esperado", afirmou.

Sobre o tamanho da companhia, ele descartou, a princípio, reduzir o efetivo pessoal. Após uma série de cortes nos últimos anos, por meio de programas de incentivo à demissão voluntária, o número de empregados da controladora foi reduzido de 62,6 mil para 46,9 mil entre 2013 e 2017.

O novo presidente da Petrobras também reforçou as críticas aos subsídios e saiu em defesa da liberdade de preços nos combustíveis. Ele argumentou que, se for mantido, o programa de subvenção ao diesel implementado no governo Michel Temer poderá custar mais R\$ 20 bilhões à sociedade brasileira. E disse que existem "formas mais inteligentes" de atender ao pleito dos caminhoneiros, sem "crucificar a Petrobras e impor um subsídio que prejudica a imagem do Brasil, afasta investidores e custa caro ao Tesouro Nacional".

Ele disse também que pretende transformar a estatal numa grande produtora de gás natural. Hoje, o mix de produção da empresa é muito concentrado no petróleo, enquanto algumas petroleiras globais têm buscado equilibrar cada vez mais essa balança, de olho na crescente importância do gás como fonte de transição para uma economia de baixo carbono.

Questionado sobre o papel social da Petrobras, ele respondeu que o objetivo da estatal é ser uma "boa cidadã corporativa", ou seja, ser eficiente para crescer e pagar mais impostos, royalties e ajudar a equilibrar as finanças públicas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Engie acredita em retomar processo de compra da TAG**

A Engie Brasil Energia (EBE) espera retomar neste ano as negociações com a Petrobras para a aquisição da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da estatal dona de uma rede de gasodutos de aproximadamente 4,5 mil km de extensão nas regiões Norte e Nordeste do país.

"Muito provavelmente esperamos retomar com a Petrobras a discussão", disse o presidente da EBE, Eduardo Sattamini, ao **Valor**.

A holding Engie do Brasil e a EBE apresentaram a melhor oferta no processo de venda da TAG. As duas empresas estavam tratando da negociação de termos e condições de contrato com a Petrobras, quando a operação foi suspensa por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, em julho, que proíbe estatais de venderem subsidiárias sem aprovação do Legislativo.

Negociação foi suspensa em julho por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski

Caso os impedimentos judiciais sejam solucionados, ao fim do processo de negociação do contrato, será dado conhecimento do assunto aos demais ofertantes do processo de venda da TAG. Eles terão oportunidade de fazer novos lances pelo negócio, com base nos novos termos negociados entre Petrobras e Engie, dentro de um prazo a ser estipulado pela petroleira.

De acordo com estimativas de mercado, a Petrobras pode arrecadar entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões com a venda. A TAG é um dos principais projetos do plano de desinvestimentos da estatal, que prevê levantar R\$ 26,9 bilhões com venda de ativos entre 2019 e 2023.

Segundo Sattamini, além da TAG, a EBE está atenta a novas oportunidades de aquisições no setor elétrico neste ano. "A TAG já está tomando atenção grande. Obviamente que, se fecharmos [a compra da TAG], vamos precisar de um grupo que vai assumir a companhia. E aí vamos estar com a área de desenvolvimento olhando novas oportunidades, sejam elas 'greenfields' de linhas de transmissão

e usinas ou 'brownfield', ou seja linhas de transmissão ou usinas de terceiros que sejam vendidas".

O executivo também disse esperar para fevereiro a aprovação no Congresso do projeto de lei (PL) que prevê a solução para o problema do risco hidrológico (GSF), que ainda gera inadimplência de R\$ 7 bilhões nas liquidações do mercado de curto prazo. O PL já passou pelo Senado. Caso seja aprovado na Câmara, restará somente a sanção presidencial.

A ideia central do PL é propor às geradoras abrirem mão das liminares que possuem contra as despesas do GSF. Em contrapartida, elas podem diluir as despesas em extensão do prazo de concessão das usinas.

"O que nós escutamos e conversamos com os potenciais assessores do ministro [de Minas e Energia, Bento Albuquerque] é que ele deve ir nessa direção. É a maneira mais fácil, já está pronta [a solução]. Já tem um PL em votação. É uma questão de retomar a votação no Congresso no início de fevereiro", afirmou Sattamini.

O executivo, que esteve na cerimônia de posse do novo ministro, na semana passada, em Brasília, pretende futuramente fazer uma visita institucional a Albuquerque.

Na última semana, a EBE recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operar comercialmente o primeiro parque do complexo eólico de Umburanas Fase I (BA), adquirido da Renova Energia, em 2017, por R\$ 15 milhões.

Situado a 420 km de Salvador, o primeiro parque possui 22,5 megawatts (MW) de capacidade. O complexo terá potência instalada de 360 MW. A expectativa é que o empreendimento seja concluído até o fim do primeiro semestre.

Em 2019, a EBE prevê investir cerca de R\$ 2,4 bilhões nos projetos já com contrato de concessão de geração e transmissão. O valor é 35% inferior ao aportado no ano passado, de R\$ 3,7 bilhões. Os principais projetos em andamento são Umburanas, o complexo eólico Campo Largo II, de 360 MW, também na Bahia, as termelétricas a carvão Pampa I e II, em Candiota (RS), e um conjunto de linhas de transmissão, de mais de 1 mil km no Paraná.

Segundo Sattamini, o valor de investimentos neste ano pode aumentar, caso a companhia feche novas aquisições de empresas e projetos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Credor questiona plano da Queiroz Galvão Energia**

Um conflito entre os credores da Queiroz Galvão Energia (QGE) pode enterrar o plano de recuperação extrajudicial da companhia apresentado em novembro, contra dívidas no total de R\$ 3,85 bilhões. O motivo do embate é o fato de que o Castllake, maior credor da companhia, que aprovou o plano e permitiu que a recuperação seguisse de forma extrajudicial, atua hoje também como seu administrador interino. Uma petição arquivada na segunda-feira pela credora Eng Participações alega que isso configura conflito de interesses, e pede que os votos da gestora de recursos sejam desconsiderados da recuperação extrajudicial.

O credor reclamante, que classificou o processo como "simulado e fraudulento", tem créditos da ordem de R\$ 258,2 milhões a receber do braço de geração de energia da Queiroz Galvão. A petição da Eng foi assinada pelos escritórios Nunes Ferreira, Viana Araújo, Cramer, Duarte Advogados; Moraes & Savaget Advogados; Alves, Vieira Advogados; e Costa Tavares Paes Advogados.

A gestora americana Castllake chegou a negociar a aquisição da geradora de energia, mas sua proposta exigia algumas condições precedentes que acabaram não sendo cumpridas pela QGE. A alternativa foi comprar R\$ 2,8 bilhões em créditos de bancos. De forma indireta, por meio dos veículos FDIC Apus e Vientos Securitizadora, que se enquadram como credores, o Castllake deu o aval necessário ao plano.

Acordo confidencial com credores mostraria 'golpe perpetrado pela QGE e pela Castllake', diz petição da Eng

Além de aprovar o plano, o Castllake também optou por converter sua dívida, de pouco mais de R\$ 2,8 bilhões, em ações de uma sociedade de propósito específico (SPE) que passará a ser a holding dos ativos da QGE pós-reestruturação. Segundo fontes ligadas à companhia, a Lei 11.101 permite que planos de recuperação extrajudicial surtam efeito para credores antes de sua homologação pela Justiça, desde que o credor no caso aceite as condições. Por isso, não seria problema a gestora já atuar como administradora.

A alternativa para aqueles que não queiram ser sócios da empresa é consideravelmente menos atrativa. Será feito o pagamento em dinheiro,

correspondente a 2% dos créditos abrangidos pela recuperação extrajudicial, com pagamento feito no 10º aniversário da homologação do plano.

A petição da Eng Participações aponta que, dias antes da apresentação do plano de recuperação extrajudicial, a QGE, os veículos de investimento da Castllake e a Queiroz Galvão S.A. (QGSA) firmaram um contrato confidencial, chamado de acordo de suporte à reestruturação (RSA, na sigla em inglês). O acordo definiu uma administração interina para a companhia, e nomeou Gustavo Ribeiro como seu diretor comercial. O problema, segundo a petição, é que Ribeiro assinou o plano de recuperação extrajudicial em nome da Vientos Securitizadora.

De acordo com a petição, apenas esse fato já consiste um vício no processo, fazendo com que seja necessário o afastamento de toda a administração interina nomeada por meio do RSA.

Segundo os advogados da Eng, o RSA é "a peça final do quebra-cabeça que revela o golpe perpetrado pelo grupo QGE e o Castllake". O documento inicialmente era sigiloso, e sua divulgação acarretaria multa de R\$ 35 milhões.

No acordo, a Queiroz Galvão S.A. concordou em pagar aos "credores apoiadores" - o Castllake - R\$ 200 milhões por meio da emissão de debêntures. Em troca, a gestora americana concordou em abrir mão de avais ou fianças da holding sobre a dívida. A QGSA é fiadora de grande parte da dívida adquirida pelo Castllake, mas não teria condições financeiras de pagar caso fosse executada.

Segundo fontes, os credores entenderam que a cobrança resultaria na recuperação judicial também da controladora da QGE, cenário que não interessaria a ninguém. Por isso, concordaram em receber os R\$ 200 milhões em troca da desistência dos avais, decisão que converge com a estratégia de assumir o controle da companhia elétrica.

"Esse pagamento constituiu uma vantagem extra aos credores signatários, formalizada às escuras e em detrimento dos demais credores, que não são veículos do Castllake", diz a petição da Eng.

A gestora de recursos também se comprometeu, por meio do RSA, em manter indenizadas as empresas da Queiroz Galvão quanto a perdas nas subsidiárias ocorridas ou iniciadas durante o período de negociação da recuperação extrajudicial. "Uma vez mais, as recuperandas e os credores signatários evidenciam seu real intuito com a presente recuperação extrajudicial. Insista-se: as disposições do plano de recuperação extrajudicial foram elaboradas com objetivo de transferir o controle das recuperandas aos credores signatários", diz a petição.

A Eng Participações não pediu a impugnação do plano de recuperação extrajudicial, mas defendeu que o processo atual seja "imediatamente extinto", e pediu também que o administrador judicial exerça provisoriamente as funções de gestor judicial da companhia. O juiz deve abrir um prazo para que as demais partes se manifestem nos próximos dias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

PDV na Cemig

A Cemig prepara um novo programa de demissão voluntária (PDV) com objetivo de desligar 300 funcionários. Já o governo de Minas Gerais ainda não indicou se e quando fará mudanças no comando da companhia, mas tem dado ordens para a que direção da empresa reduza gastos e corte cargos. Segundo uma pessoa a par das orientações dadas pela equipe do governador Romeu Zema (Novo) à Cemig, uma das medidas adotadas foi a demissão de funcionários comissionados e de diretores de subsidiárias que eram mais ligados à gestão do governador anterior, Fernando Pimentel (PT).

Leilão de Furnas

Furnas realizará neste mês leilão de venda de energia de longo prazo no mercado livre. A companhia ofertará dois tipos de produtos. O primeiro terá período de fornecimento de julho de 2019 a fevereiro de 2035. O segundo terá início em janeiro de 2020, também com vencimento em fevereiro de 2035. Nos dois casos, a entrega é no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Os interessados deverão apresentar documentos de habilitação até sexta-feira. O resultado da habilitação será divulgado na próxima quarta-feira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Cesp emite debênture

A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) concluiu a emissão de R\$ 1,8 bilhão de debêntures com vencimento em 2025. Os papéis saíram com uma taxa de 1,64% ao ano mais a variação do CDI. Os recursos captados com a

emissão das debêntures serão destinados para o pagamento da outorga de renovação da concessão da usina hidrelétrica Porto Primavera, quando devida, e para gestão ordinária dos negócios da empresa. A Cesp foi arrematada pelo consórcio São Paulo Energia, composto pela joint venture formada entre a Votorantim Energia e a gestora Canadian Pension Plan Investment Board (CPPIB), em leilão realizado em outubro de 2018. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .